

KELLY REGINA SANTOS DA SILVA

## **ATRÁS DO MURO:**

**Cidade e subjetividade, uma visão contemporânea das transformações urbanas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialização.

Orientador: Prof. Doutor Robert Moses Pechman.

Rio de Janeiro

2015

KELLY REGINA SANTOS DA SILVA

## **ATRÁS DO MURO:**

### **Cidade e subjetividade, uma visão contemporânea das transformações urbanas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialização.

Orientador: Prof. Doutor Robert Moses Pechman.

Aprovada em:

---

Orientador: Prof. Dr. Robert Moses Pechman

Rio de Janeiro

2015

Os muros não estão lá apenas por ser dispensáveis, mas, sobretudo, por já estarem em nós. NOGUEIRA, 2013. p. 72

## RESUMO

Os grandes centros urbanos brasileiros têm sido representados por um crescimento econômico significativo, materializado na realização de grandes obras, megaeventos e pelo poder do capital imobiliário na definição dos espaços urbanos desiguais. No modo de produção capitalista, as desigualdades não são hipóteses, e sim pressupostos, o que indica que formas sofisticadas de segregação e distinção são criadas a fim de manter o *status quo* pelo controle dos modos de subjetivação e de existência. A racionalidade homogeneizante do capital materializa-se nos suportes geográficos e fortalecem os lugares sociais a serem ocupados por determinadas classes e grupos, criando e recriando os símbolos de distinção e de poder. Assim, os enclaves urbanos aparecem como principal saída na escalada pela distinção, não só entre o eu e o outro, mas entre a cidade, representada por caos, violência, conflitos, e a cidadela, refúgio, conforto e consenso. Foi assim com os Alphavilles em São Paulo e com os mais recentes empreendimentos chamados Cidade-Jardim e Ilha Pura, localizados na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Nos últimos anos, Pernambuco entrou nessa bossa, com condomínios colossais construídos na região metropolitana do Recife. O caso recente e emblemático é a construção da primeira “cidade inteligente” da América Latina, localizada no município de São Lourenço da Mata. O projeto, a ser realizado em uma parceria público-privada entre estado, município e o consórcio coordenado pela Odebrecht Participações e Investimentos (OPI) e a Construtora Norberto Odebrecht (CNO), foi impulsionado pela realização da Copa do Mundo de 2014 e, desde então, já protagoniza diversas violações de direitos, a exemplo de remoções para construção das vias de acesso. A perspectiva da cidade-empresa, materializada nos enclaves urbanos, constitui uma negação relativa da cidade como lugar de realização da esfera pública. Encontra-se em jogo um modo de vida pelo qual se pressupõe uma ideia de igualdade entre os iguais, ausência de conflitos, ruas sem esquinas, sem botequins, um lugar que já nasce pronto, cuja construção da identidade do lugar perde os aspectos mais existenciais e poéticos da territorialidade, prevalece o lugar amnésico. Refletir sobre o modo como os aspectos da subjetivação, da alteridade e da distinção são postos em cena com essa experiência de construção de uma cidade, faz parte de um exercício pertinente, a fim de elaborar novas questões sobre a sociabilidade nas cidades, fortalecendo o pensamento crítico em relação a racionalidade homogeneizante do capital.

**Palavras-chave:** Alteridade. Cidade-mercado. Distinção. Subjetivação.

## RESUMO

The Brazilian big cities have been represented by significant economic growth, materialized in large buildings, big events and the power of real estate capital in the definition of uneven urban spaces. In the capitalist mode of production, the inequalities are not assumptions, but assumptions, indicating that sophisticated forms of segregation and distinction are created in order to maintain the status quo by controlling the modes of subjectivity and existence. The homogenizing rationality of capital materializes in the geographical support and strengthen the social places to be occupied by certain classes and groups, creating and recreating the distinction of symbols and power. Thus, the urban enclaves appear as main exit in climbing the distinction not only between the self and the other, but between the city, represented by chaos, violence, conflict, and the tower, refuge, comfort and consensus. So it was with the Alphavilles in São Paulo and with the latest developments called Garden City and Island Pure, located in Barra da Tijuca in Rio de Janeiro. In recent years, Pernambuco entered this way, with colossal condominium built in the metropolitan region of Recife. The recent and emblematic case is the construction of the first "smart city" in Latin America, located in São Lourenço da Mata. The project, to be held in a public-private partnership between state, county and the consortium coordinated by Odebrecht Participações e Investimentos (OPI) and Construtora Norberto Odebrecht (CNO), was driven by the hosting of the World Cup in 2014 and since then he has starred in several rights violations, such removals peoples for construction of access roads. The prospect of the city-company, materialized in urban enclaves, is a denial on the city as a place of holding the public sphere. Is at stake a way of life by which presupposes an idea of equality among equals, no conflicts, no corners streets without taverns, a place that is born ready, the construction of the identity of the place loses more existential aspects and poetic of territoriality, prevails amnesic place. Reflect on how aspects of subjectivity, of otherness and difference are put into play with this experience of building a city, is part of a relevant year in order to draw up new questions about the sociability in the cities, strengthening the thought critical of homogenizing rationality of capital.

**Keywords:** Otherness. Market town. Distinction. Subjectivity.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista da área antes da construção da <i>Smart City</i> . Ausência de construções e equipamentos .....	17
Figura 2 – Perspectiva pós-construção da cidade inteligente .....	17

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	8
<b>CAPÍTULO I</b> .....	12
<i>RELEVÂNCIA DA DISCUSSÃO</i> .....	12
<b>CAPÍTULO II</b> .....	16
<i>“FAÇA-SE UMA CIDADE” DIZ O MERCADO</i> .....	16
<b>CAPÍTULO III</b> .....	21
<i>O ESPAÇO COMO PRODUTO IMOBILIÁRIO</i> .....	21
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	29
<i>EM TEMPOS DE ALTERIDADE COSMÉTICA</i> .....	29
<b>Considerações finais</b> .....	35
<b>Referências</b> .....	37

## Introdução

Ao longo dos anos observam-se grandes mudanças nas metrópoles, inclusive o próprio empenho político e econômico de discutir sobre os interesses dessa escala ainda não formalizada, mas que em alguns estados do Brasil tem uma importância significativa no que diz respeito aos investimentos em longo prazo. Observam-se transformações socioespaciais, políticas, ambientais, econômicas, todas relacionadas e expressando um modelo de crescimento que não dialoga com práticas mais libertárias e emancipatórias do ponto de vista de um universo utópico desejável às cidades. Pelo contrário, os abismos entre os diversos Outros da cidade são sentidos cotidianamente, muito embora sob diferentes formatos de distinção, seja pelos contornos objetivos, a exemplo das localizações socioespaciais na cidade, prevalecendo ainda a lógica das cidades complexamente fragmentas, seja pelas formas simbólicas e subjetivas, o lugar de fala, os espaços de poder desigualmente constituídos.

Os enclaves urbanos, em larga medida, materializa algo que no cotidiano se perde na aparência da igualdade formal, principalmente pelas ideologias de supostas igualdades de condições, corporifica-se um ideal de distinção não só pelos muros e cercas, mas pelas formas de subjetivação que são constituídas, prevalecendo o Outro como opositor, cujo distanciamento é muito vezes ambicionado. Antes, condomínios e vilas, hoje, bairros e cidades, a escala muda, assim como mudam também os dilemas na relação entre o eu e o Outro no espaço habitado.

É nesse caminho que a presente monografia pretende ventilar algumas reflexões do ponto de vista das formas de subjetivação alicerçada nos interesses privados no contexto atual da região metropolitana de Pernambuco, com a perspectiva de construção da chamada “Cidade da Copa”<sup>1</sup>, um enclave urbano com

---

<sup>1</sup> No início de 2015 foi divulgada, através de um jornal local, a reportagem: *O Adeus à Cidade da Copa*, sobre a possibilidade de não realização do projeto idealizado pela Odebrecht Participações e Investimentos, e sendo esse o veredito final, como previsto nos projetos permeados pelas parcerias público-privada, o ônus fica para o poder público. Disponível em: <http://jconlineblogs.ne10.uol.com.br/pingafogo/2015/03/02/o-adeus-cidade-da-copa/>. Acessado pela



proporção nunca antes vista no estado, e que já anuncia um aprofundamento na segregação socioespacial já conhecida, uma cidade dentro de outra cidade. Para além desse aspecto, a partir de outras experiências e estudos semelhantes, pretendemos problematizar não só a busca pela distinção, mas a busca pelo distanciamento relativo do Outro, que passa a representar ameaça e traz o risco do conflito, trazendo o isolamento como suposta solução. Busca-se através dos enclaves, uma convivência entre supostos iguais, com regras claras e limites estabelecidos que não deixe cair por terra o arquétipo do paraíso sem conflitos. Ao invés do conflito, pressuposto fundamental da política, o consenso que não deixa emergir as contradições.

Para desenvolver esse exercício de reflexão, tomamos como ponto de partida alguns estudos já em curso sobre os enclaves urbanos e subjetividade nas cidades, tendo como fio condutor os trabalhos desenvolvidos por Teresa Caldeira (2007) e o trabalho na psicanalista Maria Luísa Nogueira (2013). Outros autores e autoras são chamados à essa pequena arena de discussão e estão no campo analítico crítico. Destacamos a reflexão de David Harvey (2005) sobre o Desenvolvimento Geográfico Desigual, a análise sobre a distinção e violência simbólica que encontramos em Bourdieu (1997). Através de Guattari e Rolnik (1986) observaremos as questões fundamentais dos processos de subjetivação no modo de produção capitalístico.

Ana Fani (2011) nos ajuda a pensar o espaço mercantilizado e amnésico que reconfigura as relações. Em Marcelo Lopes de Souza (2008), encontramos a preocupação sobre a auto segregação através do que o autor conceitua como fobópole, a cidade dominada pelo medo. Em Robert Pechman (2014) encontraremos uma reflexão fundamental sobre os evitamentos e a complexidade dos encontros na cidade, o poder da cidade está em produzir relações, promover as negociações e acolher os conflitos.

Para além das leituras teóricas, buscou-se dialogar com outra linguagem, o cinema, dessa forma, a inspiração e algumas intuições escritas ao longo do trabalho são possíveis através do diálogo estabelecido com o filme *La Zona*, fundamental no debate sobre os enfrentamentos entre, no mínimo, duas cidades, a de fora e a de

dentro do muro. É o cinema nos ajudando a pensar as formas de subjetivação, o isolamento e os diversos outros que são vistos como caças, que desestabiliza os consensos e acordos. São produções e experiências que nos ajudam a pensar em prováveis dilemas e contradições a serem enfrentadas pela adesão desses modelos de cidade que longe de serem soluções, são grandes problemas urbanos.

Por se tratar de uma monografia, os passos da reflexão serão tímidos, apontando apenas alguns elementos importantes e questionadores de uma lógica, em larga medida, colonizadora que reafirma o silenciamento e a segregação. Nesse sentido, o monografia segue apresentada em quatro capítulos. No primeiro discutiremos a pertinência de um retorno à temática dos enclaves urbanos, elucidando que, muito embora tão consolidado em algumas metrópoles brasileiras, o modo de vida ensejado pelos enclaves ainda é uma forte aposta do mercado imobiliário e, dentro da perspectiva capitalista que muda para permanecer a mesma, os discursos acionados mudam ao longo do tempo: segurança, medo, violência à conforto, comodidade, ordem e privilégio. Assim, os enclaves como expressão de uma sociedade estrategicamente segregada, anuncia sempre que estamos distante de alguns universos utópicos de cidades mais pedagógicas e não agressivas.

No segundo capítulo apresentar-se-á a “Cidade da Copa” como produto imobiliário a ser vendido e consolidado na cidade de São Lourenço da Mata (Região Metropolitana do Recife). Uma perspectiva de cidade modelo que ultrapassa os modelos de condomínios de fechados produzidos cotidianamente no estado. Segurança, gestão própria, acesso restrito, são algumas das atribuições da proposta.

No terceiro capítulo, a discussão revisita algumas perspectivas teóricas a fim de observa que o espaço urbano no modo de produção capitalista é um produto imobiliário com muita força, e esse aspecto vai sendo revelado ao longo do processo histórico em que prevalece o valor de troca. Transformado em mercadoria, o acesso e uso é mediado pelo poder de compra, assim, com ou sem a estrutura dos enclaves, o espaço urbano segue espacialmente segregado, ainda que não seja necessariamente uma separação agressivamente física, mas agressivamente simbólica.

No quarto e último capítulo, chama-se atenção para um aspecto importante nesse campo, as relações subjetivas estabelecidas nesse ambiente relativamente segregado. Desse modo, a argumentação é sobre a perspectiva da alteridade cosmética. Quanto a mediação entre o eu e o Outro não passa de uma aceitação relativa, cosmética no sentido literal do conceito, pintamos cidades e relações. O que para nós traz alguns dilemas importantes e questionários sobre que cidade estamos experimentando, com quais Outros nos relacionamos? O Outro como representação ou como singularidade?

Assim, considera-se que mais do que os muros e cercas objetivos que temos que pedir permissão para entrar, os muros subjetivos aparecem como um incômodo a ser discutido, no sentido de perceber que o Outro em sua singularidade é, em larga medida, o eu que quero negar, nesse sentido, por mais que a cidade seja vivenciada como aparência, negando os conflitos, a experiência do dissenso é fundamental para a construção da política, e para a vivência do que a pedagogia da cidade possa nos oferecer. Apresentamos então, esse escrito embrionário, pelo simples fato de ser, em alguns momentos uma discussão teórica, em outros, alguns devaneios a serem aprofundados em leituras posteriores sobre o próprio referencial teórico utilizado.

## CAPÍTULO I

### RELEVÂNCIA DA DISCUSSÃO

“O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo em que se aproxima de pessoas e coisas desejáveis.”  
BOURDIEU, 1997, p. 163

As discussões sobre os isolamentos físicos nas cidades já é conhecida. No Brasil, temos como uma das referências o trabalho realizado pela antropóloga Tereza Caldeira (1997) nos anos 80 e 90 sobre a experiência dos novos contextos de segregação urbana em São Paulo, os Alphavilles. Naquela ocasião, a autora destacou o discurso do medo como uma das fortes justificativas que garantiam o atrativo a esse tipo de proposta urbanística. Na definição de Caldeira (1997, p. 159, grifo nosso), os enclaves urbanos se caracterizariam por serem:

[...] propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, *espaços vazios* ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão. Mais ainda, os enclaves constituem arranjos muito flexíveis.

Os detalhes que nos são dados pela autora não são estranhos a outras cidades brasileiras; cada uma a seu tempo e utilizando argumentos ora semelhantes, ora distintos, tem seus exemplos históricos e experiências atuais de grandes enclaves nas cidades. A perspectiva se amplia, assim como a própria escala e, na história mais recente, são crescentes as experiências de bairros e cidades planejadas nos moldes de ambientes fortificados cujo diálogo com a cidade é limitado não só pelo isolamento físico, mas por toda uma ideia de modo de vida fragmentado. Elabora-se uma subjetivação que acolhe a perspectiva de que, no retorno para casa, grandes portais se abrem ao paraíso da cidadela, representado como o lugar de conforto e dos consensos.

No Rio de Janeiro, a proposta mais atual é da “Ilha Pura”, bairro planejado na Barra da Tijuca, cujo nome já anuncia os símbolos de paraíso ambiental, ideal de civilidade e evolução. No material de divulgação, o grande empreendimento é apresentado como “um bairro que já nasce pronto” na “cidade sustentável Barra da

Tijuca”. É um jogo de palavras que brinca com as escalas. Em um tom poético, a narrativa protagonizada pela atriz Fernanda Montenegro aciona um conteúdo simbólico do tão repuxado conceito de sustentabilidade, falando de sol, mar, lua somando-se ao luxo, bom gosto e sofisticação, o casamento, quase perfeito, do capitalismo com o meio ambiente natural, tudo isso sendo narrado pelo olhar da Pedra da Gávea.

É importante refletir sobre o nome “Ilha Pura”, que, por si só, já apresenta a proposta do lugar. Uma ilha, obviamente, isolada, de difícil acesso, sem ligação direta com as localidades em seu entorno. A pureza, como sinônimo de limpeza, perfeição, o não adulterado, é algo que também demonstra o que não se mistura. Nos padrões kantianos, uma coisa é pura “quando nela nenhum elemento de misturou à experiência” (OXFORD, 1997, p. 326). Ao perceber esses aspectos, observa-se a atualização da utopia da cidade sem estrangeiros, sem os Outros que representam a promiscuidade, o conflito, o que já foi adulterado e ameaça a placidez da cidadela.

Seguindo os mesmos passos dessa dança, Pernambuco, mais precisamente os municípios da região metropolitana do Recife (RMR), também estão mergulhados na nova onda de bairros planejados. Um dos exemplos é a Reserva do Paiva, localizada no litoral sul da RMR, território, tomado por construtoras, que hoje tem uma longa faixa de praia privatizada, cujo acesso é restrito aos moradores-consumidores dos condomínios de luxo que lá foram construídos. Assim, acredita-se que, de todos os mundos, é possível criar o melhor dos mundos para se viver, basta ter a moeda de troca fundamental na relação capitalista de consumo do espaço, o dinheiro.

No ensejo da realização da Copa do Mundo, outra proposta surge na região metropolitana do Recife e chama a atenção pela grandiosidade; é o projeto da primeira Smart City da América Latina, localizada no município de São Lourenço da Mata. Agora não mais um projeto de bairro planejado, mas uma cidade inteira sobrepondo-se à cidade já existente. Acionando as categorias de segurança, tecnologia, sustentabilidade, comodidade, um lugar para morar, trabalhar e estudar, cuja relação é relativa e circunstancial com a cidade do caos, o capital imobiliário

constrói uma cidade que atualiza as utopias urbanas modernistas, cidades autoritárias e racionais.

No que diz respeito à forma de gestão dessa “nova cidade”, o consórcio responsável prevê uma administração específica, legitimando que será realmente um território apartado da cidade já existente “[...] representada como um mundo deteriorado, permeado não apenas por poluição e barulho, mas principalmente por confusão e mistura, ou seja, heterogeneidade social e encontros indesejáveis.” (CALDEIRA, 1997, p. 160). Além da oposição à cidade já existente em suas formas simbólicas e objetivas, uma gestão paralela com outros códigos, acordos, interesses, prioridades, investimentos, outra trama político-econômica se forma dentro da cidade, “em outras palavras, a relação que estabelecem com o resto da cidade e sua vida pública é de evitação; dão-lhes as costas” (CALDEIRA, 1997, p. 164).

No filme mexicano *La Zona: propriedade privada*, dirigido por Rodrigo Plá, observa-se uma narrativa cruel em que o “Outro eu” da cidade é percebido como ameaça constante. Entre os muros e as câmeras de um condomínio mexicano, encontra-se uma suposta igualdade, consenso, códigos e leis próprias, um modo de vida, uma ética. Uma cidadela com sua vizinhança selecionada, sua escola e um largo e alto portão que mais se assemelha a uma prisão. Quando o “outro eu”, no filme três adolescentes do bairro chamado de latas, adentra esse lugar, depois de uma acidental abertura do muro, revelam-se ao expectador as mais variadas formas de conter e enfrentar os “estrangeiros invasores”, tratados como caças pela maioria dos moradores e moradoras de La Zona.

O filme é permeado pela perseguição e expressa de forma trágica outros elementos de conflitos impostos pela lógica da distinção e do viver isolado, pondo em cena que o discurso pela busca da filha de Afrodite e Ares, a Harmonia, pode significar um encontro inevitável com a *hybris*, o desequilíbrio, o desmedido. Sem dúvida, uma narrativa trágica, mas que traz novos sentidos à discussão sobre esse modo de vivenciar a cidade, em certa medida, negando o convívio com os diversos, em que a proximidade física pode representar a tragédia.

A exploração, a expropriação e as desigualdades são inscrições que se materializam nos espaços geográficos das mais variadas formas. David Harvey (2005), em sua teoria sobre a geografia histórica do capitalismo, observa que a sobrevivência do capitalismo no século XX assegurou-se pela transformação das relações espaciais, a partir do que chama de estruturas geográficas específicas, centro e periferia, Primeiro e Terceiro Mundo, o que, em certa medida, leva a se pensar nos enclaves urbanos como uma estrutura geográfica física e simbólica que se contrapõe à cidade.

Nesse sentido, a relevância dessa reflexão encontra-se na aposta de traçar o caminho da observação à elaboração de novas questões que tematizem o próprio sentido de cidade, de sociabilidade, os controles da subjetivação, os ideais de distinção, a esfera pública como *locus* privilegiado do encontro com os diversos Outros. Seria essa uma cidade? De quais Outros se apartam? São perguntas que dão início a uma trajetória de considerações sobre os desafios de pensar a cidade do outro, reconhecendo que ela também é a cidade do eu, os encontros dos diversos mundos cada vez mais apartados pelas definições dos espaços físicos e dos espaços sociais, cujo roteiro desse espetáculo urbanístico é definido pelo mercado imobiliário (BOURDIEU, 1997).

## CAPÍTULO II

### *“FAÇA-SE UMA CIDADE” DIZ O MERCADO*

O projeto intitulado *“Cidade da Copa”* é oficialmente apresentado quando da divulgação dos estados-sede da Copa do Mundo de 2014. O estado de Pernambuco como um dos escolhidos para sediar o mundial aproveitou o momento para, com o município de São Lourenço da Mata, pôr em prática o projeto de realização da Cidade da Copa, com promessa de criação de uma centralidade na zona oeste da região metropolitana do Recife, em parceria com o mercado imobiliário.

Nesse caminho aposta-se em uma nova centralidade no município de São Lourenço da Mata, formatando-se o projeto de uma nova cidade com perspectiva de construção para os próximos vinte anos, sendo composta por hotéis, shopping, escolas e condomínios. A proposta do projeto seria a de aliar diversão, trabalho, espaços educativos formais e o morar em um único espaço. Desse modo, mais do que um condomínio fechado em grandes muros, trata-se de uma cidade inteira projetada para o uso de pessoas com padrões econômicos elevados, uma cidade para poucos, que já nasce tendo a segregação como um valor.

Como já observamos em nota, a proposta encontra-se paralisada com um grande risco de não sair do papel, de ser apenas um projeto megalomaniaco cuja intenção foi maior que as possibilidades reais de realizá-lo. Até o momento apenas o estádio construído pelo estado e gerenciado pela iniciativa privada encontra-se construído e já é considerado um dos “elefantes brancos” desse jogo político - econômico. Caso o veredito final seja de não concretização do projeto, as empresas envolvidas não sairão no prejuízo e mais uma vez se confirma o fato de que, o modelo de gerenciamento do estado empreendedorista gera ônus apenas para o próprio estado, ou seja, interesses privados, riscos públicos (Harvey, 2007).

Nas Figuras 1 e 2, é possível observar que a área a ser ocupada pela proposta de projeto é cercada pelo rio Capibaribe que, na perspectiva de enclave, pode ser observado como um “limitador de acesso natural”<sup>2</sup> favorecendo o controle

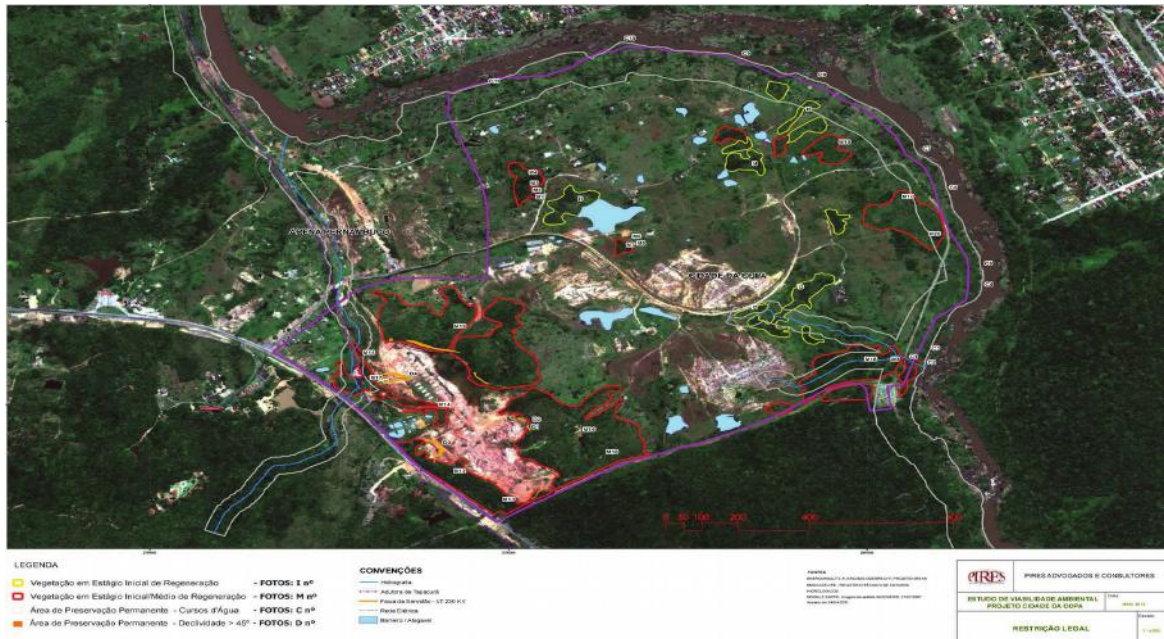
---

<sup>2</sup> Sabe-se que as fronteiras são construções sociais resultantes das relações de poder econômicas e políticas, desse modo, o uso de limitador de acesso natural é apenas para observar os usos que determinado elementos naturais podem ter no circuito dos interesses econômicos em disputa pela



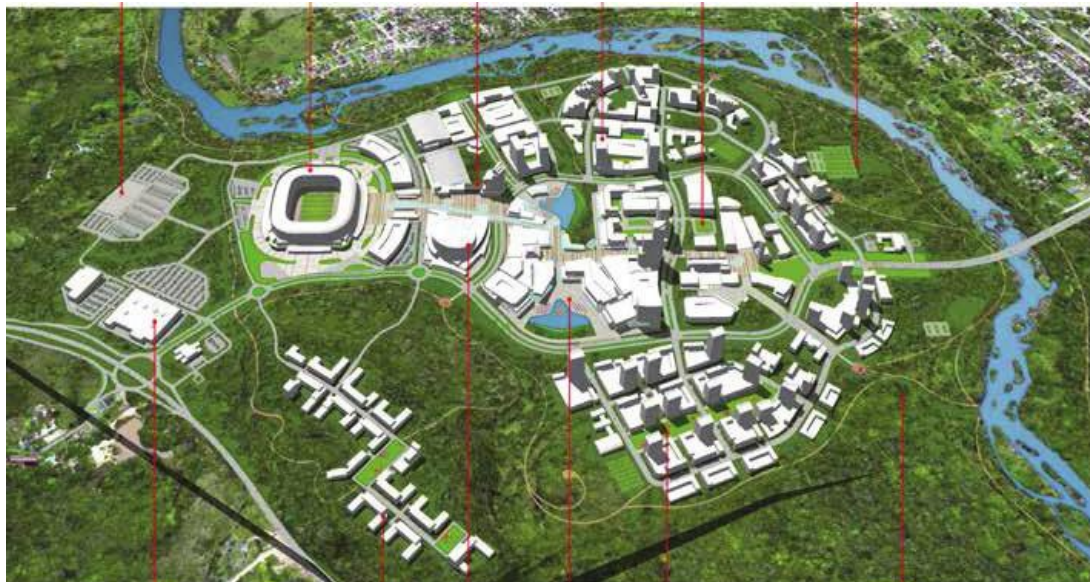
da aproximação, desse modo, a nova cidade será praticamente uma ilha. As obras de mobilidade realizadas para garantir o acesso ao estádio garantiu a abertura de um novo acesso, para além do já existente pela BR-101 Norte.

Figura 1 – Vista da área antes da construção da *Smart City*. Ausência de construções e equipamentos



Fonte: Pires Advogados & Consultores (2012).

Figura 2 – Perspectiva pós-construção da cidade inteligente



Fonte: Pires Advogados & Consultores (2012)

Para as obras iniciais de construção das vias de acesso, mais de 60 famílias foram removidas do Loteamento São Francisco, com mais de quarenta anos de apropriação do espaço.

existência, localizado no entorno imediato da área escolhida para o projeto. O molde da remoção seguiu os mesmos parâmetros dos outros estados-sede: falta de informação e postura autoritária dos agentes públicos diante da população. Contudo, é importante ressaltar que a copa é apenas uma variável em todo processo de apropriação do espaço urbano pelo capital imobiliário, como destaca Maria Eugênia do Comitê Popular da Copa de Pernambuco:

“Quando a gente vai avaliar, a questão da Copa é uma variável nesse processo de disputa pelo espaço da cidade. Como Recife não tem mais para onde crescer, as áreas pobres viraram uma mina de ouro para a especulação imobiliária. E a coisa mais fácil é tirar sem indenizar ou indenizar com uma quantia irrisória, para implantar esse novo modelo de cidade”.

Essa apropriação e recolonização dos espaços é historicamente observada dentro das relações de poder econômico e político, o que se quer dizer é que, com ou sem realização da Copa no Brasil, os problemas de acesso e uso da terra urbana permanecem sendo um problema histórico, *intensificado* em períodos de grandes eventos que envolvem até mesmo interesses internacionais.

De acordo com o projeto, não estão previstas construções de moradia social, utilizando-se apenas a expressão: “unidades residenciais de diversos padrões”. Garantindo novas moradias com tecnologia de segurança, e o que não poderia faltar, o discurso retórico da ecológica “fetichizada” que passa a ser mais um selo que agrega valor.

O projeto representa, até o presente momento, uma oportunidade de o capital imobiliário realizar seus investimentos e ter mais um lugar na metrópole para chamar de *seu*, anunciando novos padrões de governança da cidade. O consórcio do projeto da nova cidade é coordenado pela Odebrecht Participações e Investimentos e Odebrecht Infraestrutura em parceria com International Stadia Group (ISG) e da AEG Facilities.

Na previsão de gestão existente, o poder público estadual e municipal estaria com as atribuições de comando, controle e *disciplinador*<sup>3</sup> do uso do espaço e do

---

<sup>3</sup> Nome presente no documento, reforçando a ideia do estado como força repressora a partir da qual será possível manter a ordem, o Estado como expressão política, não só, das estruturas de classe, mas também de outros elementos estruturantes das desigualdades socioespaciais.

solo, ou seja, nos casos nos quais a iniciativa privada não tem autoridade de decidir por si só, dada a existência de legislações específicas, muito embora facilmente modificadas.<sup>4</sup> Desenha-se, desse modo, um modelo de gestão que se assemelha ao condominial, gerenciado por uma empresa de administração, ou como explicitado em alguns momentos de apresentação do projeto, a cidade terá uma espécie de “prefeito” (RIBEIRO, 2012).

Muito embora sejam observados outros elementos discursivos que legitimam a realização desse projeto de cidade, a segurança também é uma bandeira observada, sendo um dos pontos importantes do projeto. Desse modo, a cidade contará com um Centro Integrado de Segurança (CIS) e Centro de Comando e Controle (CCC), cujo objetivo é capturar e armazenar imagens e informações em tempo real, exercendo uma forma de controle permanente sobre o espaço, com câmeras de vigilância que farão “análise de comportamento”, contando ainda com biometria e reconhecimento facial.

É interessante observar que, apesar de a pauta da segurança ser posta como essencial, o discurso que segue no Relatório de Impacto Ambiental é informando que os índices de violência nas cidades do entorno têm baixado nos últimos anos, sendo um dos argumentos de favorecimento e novos investimentos na área. Não se trata de uma contradição, mas aponta-se para a cristalização do “discurso do medo” que não precisa ser reproduzido a todo o momento, mas já é incorporado, pois, por mais que os índices mostrem uma mudança, a cidade externa continua sendo a “cidade do pavor”, onde o encontro com os diversos outros necessariamente gerará conflitos evitáveis pelos muros objetivos e subjetivos proporcionados pelo capital imobiliário. Nesse sentido:

Segurança e controle são as condições para manter os outros do lado de fora, para garantir não só isolamento, mas também ‘felicidade’, ‘harmonia’ e até ‘liberdade’. Em suma, relacionar segurança exclusivamente ao crime é não reconhecer todos os significados que o termo vem adquirindo. Os novos sistemas de segurança não apenas fornecem proteção do crime, mas também criam espaços segregados nos quais a prática da exclusão dos

---

<sup>4</sup> Em 2011, em caráter extraordinário, o Plano Diretor do Município de São Lourenço da Mata, Lei Municipal n.º 2.159, de 10 de outubro de 2006, foi modificado na Câmara Municipal, mais precisamente no que diz respeito à Zona Especial de Atividades Produtivas e Zona de Urbanização Preferencial. Zonas que caracterizam a área de construção da “cidade inteligente”. Cf. São Lourenço da Mata (2011).

indesejáveis e a do controle dos 'outros' que lá trabalham são exercidas cuidadosa e rigorosamente. (CALDEIRA, 1997, p. 162).

Outra reflexão trazida por Caldeira diz respeito ao status de morar nesses enclaves, revelando novos códigos de distinção entre os de fora e os de dentro. A distinção se dá pelo isolamento, separação e segurança, elementos observados como bons e necessários, bem como símbolos de status, é a segregação social como valor (CALDEIRA, 1997). Sem dúvida, no desenvolvimento do projeto, outros elementos se somarão à publicidade já existente, outros símbolos serão acionados para que essa nova proposta de cidade seja vendida.

Assim, a discussão não se esgota, mas fica a reflexão, o contexto observado por Caldeira (1997), tratava-se da “febre de condomínios”, com gestões próprias, tendo como um dos principais discursos legitimadores a “fala do medo”. Atualmente, diante dos novos investimentos econômicos e de uma profunda segregação socioespacial, observam-se bairros e cidades sendo criados e recriados como verdadeiros enclaves fortificados acionando novos símbolos de valorização e status.

## CAPÍTULO III

### *O ESPAÇO COMO PRODUTO IMOBILIÁRIO*

“Morrem casas todos os dias. Enterra-se o rio, mais ou menos lentamente. A qualidade da vida urbana muda em vários sentidos — forma, conteúdo, escala, sentido. Inventam-se e reinventam-se arranjos de moradia, trabalho, lazer. Nascem cidades dentro da cidade, cidades fora da cidade, pseudo-cidades maiores que a cidade, indiferentes a ela. O Centro cresce todos os dias”. (Nogueira, 2013. p. 55)

A constituição histórica dos territórios brasileiros imprime a marca perversa de um modelo que vem perpetuando-se ao longo da história, que é o sistema político-econômico da acumulação do capital. No caso latino-americano, observam-se também os efeitos dos processos coloniais. Seguindo as reflexões do geógrafo David Harvey (2005), observa-se que essa acumulação sempre foi uma ocorrência marcadamente geográfica, seja pela expansão, pela reorganização, seja pelo que o autor define como desenvolvimento geográfico desigual.

Destarte, o desenvolvimento político-econômico configura os processos de urbanização, sendo necessário considerar a urbanização como processo social realizado com um uma série de agentes, uma constelação de interesses e projetos políticos em disputa.<sup>5</sup> Harvey (2005, p. 168) destaca que: “Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido [...]” Ou seja, as práticas de classe são hegemônicas na definição dos processos urbanos.

Nesse sentido, a governança urbana significaria muito mais que um “governo” urbano, tendo em vista que “[...] o poder real de reorganização da vida urbana muitas vezes está em outra parte, ou, pelo menos, numa coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador” (HARVEY, 2005, p. 169). Nessa coalizão uma das principais forças é o mercado imobiliário, que estabelece o roteiro do espetáculo

---

<sup>5</sup> Compreende-se projeto político como “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representação do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2006, p. 38).

urbanístico, e de acordo com Ana Fani Carlos (2011), tem seu momento atual marcado por uma transformação no modo de operar na metrópole, passando de um investimento financeiro no setor produtivo industrial ao setor imobiliário, da construção civil.

Uma reorientação que coloca o espaço como “produto imobiliário”, capaz de gerar lucro igual ou até maior que o do setor industrial. O que significa dizer que, em uma sociedade capitalista, o mercado é o principal mediador na relação de acesso à cidade, tendo em vista o caráter mercantil da propriedade privada. O professor Vainer (2012) também dialoga nessa perspectiva ao tratar do planejamento estratégico; quando a questão urbana se impõe como produtividade e competitividade, a cidade passa a ser uma mercadoria estratégica ao mercado.

Nas palavras de Vainer (2012, p. 83): “[...] esta cidade, que saiu da forma passiva de objeto e assumiu a forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: é uma empresa.” Um produto imobiliário de luxo destinado a um grupo de elite de potenciais compradores, sendo possível afirmar que:

Transfigurada em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania. A reivindicação de poder para as comunidades e coletividades locais, conquistada numa luta travada em nome do autogoverno, se consuma como abdicação em favor de chefes carismáticos que encarnam o projeto empresarial. (VAINER, 2012, p. 98).

A perspectiva estratégica e empresarial cria não só espaços físicos, mas também símbolos, retratados nas formas arquitetônicas impostas pelos ideais de modernidade, o tempo efêmero, o espaço “amnésico”, sem referências, são elementos de redefinição da prática socioespacial da pós-modernidade, portanto:

A realidade demonstra que o desenvolvimento do mundo da mercadoria invade completamente a vida cotidiana, impondo uma racionalidade homogeneizante, inerente ao processo de acumulação, que não se realiza apenas produzindo objetos e mercadorias, mas criando signos indutores do consumo e novos padrões de comportamento. (CARLOS, 2011. p. 121).

Os signos e padrões de comportamento também estão ligados à estrutura do espaço que se manifesta em forma de oposições espaciais, seja pelo espaço

habitado, localização e materialidade, seja pelo espaço social, criado em oposição ao outro, o espaço da distinção. Bourdieu (1997), constatando que estamos em uma sociedade hierarquizada, observa que o lugar de moradia (espaço físico) diz qual é o lugar social (lugar relacional) que é ocupado na gradação geral hierárquica. Desse modo:

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de fronteira natural). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa). (BOURDIEU, 1997, p. 160).

Desse modo, a posse do capital aponta quem tem o poder sobre a definição e apropriação do espaço, tratando-se da distribuição dos agentes, dos bens e dos serviços. Historicamente, observa-se que as distinções acompanham as configurações socioespaciais, definindo os agentes de cada espaço e o respectivo valor na hierarquia social. Como afirma Bourdieu (1997, p. 161), as oposições objetivadas no espaço físico “[...] tendem a se reproduzir nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e de divisão, isto é, enquanto categorias de percepção e de apreciação ou de estruturas mentais”, definindo categorias que legitimam o afastamento do outro a exemplo de moderno/não moderno; chique/não chique; cultura/não cultura; cidade/não cidade.

Nessa perspectiva, o espaço construído nos interpela de diversas formas, a arquitetura impõe formas de sociabilidade, assim, os enclaves urbanos expressam a tentativa de, dentro da cidade, reafirmar os ideais de distinção. Já não bastam bairros, já não basta a oposição entre condomínios e comunidades; precisa-se de cidades paralelas que assumam uma nova ordem e organização no espaço, naturalizando o distanciamento e o controle do movimento dos corpos na cidade. Bourdieu (1997) apresenta uma chave de leitura preciosa ao afirmar que o espaço é um dos lugares onde o poder é afirmado e exercido da forma mais sutil e perversa por meio da violência simbólica. Violência simbólica que, mesmo pouco perceptível, pode ser observada em diversos aspectos, como destaca:

Os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa, são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade [...], da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico. (BOURDIEU, 1997, p.163).

O capital permite a quem dispõe de seu poder manter-se ou afastar-se das coisas e pessoas indesejadas, ao mesmo tempo em que quem não dispõe permanece em distância física e simbólica dos bens socialmente mais raros, ou até mesmo mais básicos à existência material: transporte, alimento de qualidade, água e moradia. O objetivo dos consensos é fazer o ideal positivista prevalecer, ou seja, que todo mundo saiba e permaneça no “seu lugar” na sociedade capitalista. A distinção como sinônimo de violência vem gerando seus espaços sociais e espaciais de poder cada vez mais bem definidos, mostrando que não se trata apenas de dispor do capital financeiro para acessar, mas são necessários outros atributos simbólicos e existenciais. Como destaca Bourdieu (1997, p. 166):

O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes: ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão.

A violência e seu discurso e a busca pela individuação também concorrem na busca pela distinção e isolamento. Segundo o professor Robert Pechman (2014), o poder da cidade está em produzir relações, promover as negociações e acolher os conflitos, exatamente por ser “[...] o lugar da esfera pública, mas não só o lugar; é a própria condição de existência dela” (PECHMAN, 2014, p. 19). É um apelo à politização do convívio que se nega ao avesso da cidade, a cidadela, que é o distanciamento, a intolerância e a violência simbólica. No livro *Fobópole* (2008), definição dada por Marcelo Lopes de Souza (2008) às cidades dominadas pelo medo da criminalidade violenta, o autor chama a atenção para o aspecto político-pedagógico do espaço urbano, que a auto segregação dos condomínios fechados ameaça. Destaca Souza:



[...] pode-se afirmar que os 'condomínios exclusivos' ameaçam o fortalecimento de valores de civilidade e solidariedade cidadã, um vez que são ambientes de socialização que, a um só tempo, pressupõem e reforçam um descompromisso para com a cidade como um todo. Reforçam porque, implicando um empobrecimento adicional da vivência da cidade e da experiência dos contatos com o Outro, o enclausuramento voluntário só pode terminar por reforçar preconceitos, na esteira da ignorância e do medo. O espaço urbano também educa – ou 'desedua'. (SOUZA, 2008. p. 74).

Nesse sentido, o enclausuramento e a violência nega o sentido da convivência na cidade, nega a própria sociabilidade. Ao invés da negociação, a violência, um trajeto que indica a passagem de uma era de “afrontamento”, que envolve a negociação, a polêmica, o discurso em ação, a uma era de “evitamento”, a distância, o desprezo, a negação do outro, do dissenso que esse outro pode trazer, evitar pegar tal ônibus, andar por tais lugares, sair de casa apenas quando necessário. Nas palavras do autor, apaga-se o litígio fundamental que constitui a política (PECHMAN, 2014). Assim:

[...] a cidade vai deixando de ser a chave na articulação do pacto urbano, pois ela não contém mais as condições de negociação dos valores mínimos que uma sociedade necessita para sobreviver: a cooperação, a solidariedade, o reconhecimento do outro, o direito à vida. (PECHMAN, 2014, p. 20).

Na busca pelo “evitamento”, impõe-se um modelo, uma conduta geral a ser seguida a fim de evitar a confrontação, põe-se em cena o individualismo favorecido pelo processo de privatização e enclausuramento tão característicos do neoliberalismo, o que simboliza a precarização do pertencimento ao coletivo. Isso tudo indica uma tendência perigosa: quanto mais necessidade de segurança, de afastamento do outro, mais os sistemas de relações sociais são fragilizados, dando lugar às cidadelas e aos enclaves urbanos que aparecem como a grande salvação. Os riscos da relação com os Outros são trocados pela tranquilidade de um espaço cujas relações são controladas, mediadas pelos acordos feitos na cidadela subjetiva e objetiva, como bem ressalta Pechman:

A cidade se reduz: em vez de política, polícia; no lugar da negociação pelo discurso, a imposição pela força bruta; a relação dá lugar à justaposição; o pôr em relação cede à contenção das relações; a tensão da fricção dos encontros é neutralizada pela paz do cemitério; o indivíduo em vez de coletivo, a massa em vez da coletividade. Os encolhimentos do espaço público é correlato do processo de despolitização da cidade e da neutralização da vitalidade relacional urbana. A cidade reveste-se com a

carapaça da cidadela que, descoletivizada, se transforma no lócus de estratégias particulares de conquistas narcísicas visando mais-valias de segurança, conforto e aquisição. (PECHMAN, 2014. p. 23 -24)

O exercício da “convivialidade” na cidade é político, e quando esse exercício da política fracassa, o que resta é a ansiedade pelo isolamento. Não se trata de uma busca pela afirmação da individualidade, do fortalecimento de si na vida pública ou privada, um exercício de introspecção, mas trata-se de um individualismo que afasta, promove a distância pela desconfiança em relação ao outro, negando-se a todo engajamento de produzir vínculos com aqueles que julgam distinto. Constroem-se muros objetivos e subjetivos que tentam dar conta do que aparentemente tem fracassado na convivialidade, a possibilidade dos afetos e a esfera pública como espaço possível de (re)simbolização do convívio social.

A rua, como unidade mínima da cidade política, como espaço das ambiguidades, área não exclusiva e, por isso mesmo, lugar de encontro entre os diversos outros da cidade é trocada pelos encontros previsíveis entre iguais. Com isso, observa-se uma perspectiva de empobrecimento da esfera pública e a necessidade de anulação dos conflitos, que deixa de ser percebida como fundamental à vida social; os enclaves são o universo que especializa os espaços e aqueles que vivem e devem viver dentro dos muros e grades por meio da produção de uma subjetividade capitalística. Souza (2008) adverte que, do ponto de vista empresarial, a proliferação dos “condomínios exclusivos” tende a ser cada vez mais expressiva, chamando a atenção para as cidades de médio porte, o que significa, em longo prazo, que longe de ser uma solução os enclaves urbanos fazem parte de um grande problema urbano social. Diz ele:

Em sentido estritamente empresarial, os ‘condomínios exclusivos’ vêm dando certo, tanto é que proliferam até em cidade de porte médio. Mas, quanto mais esse modelo ‘der certo’, mais o Brasil urbano ‘dará errado’ [...]. Para indivíduos de classe média, os ‘condomínios exclusivos’ podem ser uma solução, ou parte dela, ainda que muito imperfeita e um tanto ilusória. Do ponto de vista coletivo, porém, ele é, seguramente, antes parte do problema que da solução. (SOUZA, 2008. p. 75).

Desse modo, é possível observar que o modo de produção capitalístico, de acordo com a escala e o poder econômico dos grupos sociais, funciona por meio de uma dupla opressão: sujeição econômica mediante o controle de produção de bens

e meios de coerção material, relações predominantes de trocas, das semióticas monetárias do capital; e sujeição subjetiva, pela produção em série da subjetividade, “[...] uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e niveladas em escala mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 30).

No modo capitalista de produção, a subjetividade é produzida em escala mundial, sendo, talvez, mais importante do que outro tipo de produção material essencial à vida, a exemplo das energias; porque reconhecendo a existência de um sistema de significação dominante, o capitalístico, observa-se que os processos de produção de subjetivação consistem em processos de convencimento, aderência à um modelo de controle da maneira de perceber o mundo, os desejos, modelar comportamentos, tendo relação direta com a *práxis* social, como afirmam:

Tudo que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de ideia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações como polos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 27).

É importante afirmar que não há contraposição entre a produção de subjetividade e produção econômica, porque são indissociáveis, mas a produção de subjetividade tem um peso cada vez mais significativo, sendo “[...] matéria-prima de toda e qualquer produção” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 30). Antes da materialidade econômica, industrial, comercial, faz-se necessário preparar o terreno com os processos de subjetivação, assim, a produção essencial do modo de produção capitalístico é a de “[...] modelização que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários, etc.” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 28).

Estamos diante de uma produção de subjetividade coletiva produzida por um sistema de significação dominante, que não é o somatório das subjetividades individuais, mas é o resultado de uma produção de subjetividade planetária, que é

acolhida no terminal individual, que, como produção em massa, serializado, consome os sistemas de representação. O lucro capitalista, antes mesmo de ser material, é fundamentalmente, o lucro da produção de subjetividade que transcende o indivíduo e situa-se em um campo mais amplo de poder da produção social e material (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Segundo Guattari (1986), o modo como os indivíduos vivenciam essa subjetividade oscila entre dois extremos: submissão em uma relação de opressão e alienação; ou de reapropriação, expressando e produzindo processos de singularização, dando asas a singularidades desejanças. Rompendo com o determinismo e com a perspectiva de seres meramente receptáculos, no universo dos possíveis de uma prática política de subversão da subjetividade produzida pelo sistema de significação dominante, requer a produção de um jogo que a revele. Ou seja, faz-se necessário criar subjetividades delirantes que, no embate com a subjetividade dominante, faça desmoronar sua força, tendo como pressuposto que “qualquer revolução ao nível macropolítico diz respeito à produção de subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 30).

## CAPÍTULO IV

### *EM TEMPOS DE ALTERIDADE COSMÉTICA*

Como é possível observar, falar da experiência de apropriação e uso do espaço é necessariamente falar em conflitos e dissensos. Se faz necessário evidenciar que o conflito aqui não pode ser observado de forma simplista, geralmente associado aos aspectos negativos da existência e ao efêmero, a exemplo do conflito como destruição de laços. O olhar a partir do qual dialogamos, observa o conflito como possibilidade de construção e destruição de arranjos, estruturas e instituições, formas de interação e processos sociais.

O atributo positivo do conflito faz toda diferença ao vivenciá-lo nas relações sociais, posto que o conflito se realiza *no* e *por causa* dos encontros, como força que pode proporcionar mudanças importantes pelo espaço de liberdade relativa que proporciona, colocando em evidência os dissensos e promovendo reflexões. O peso dado ao sentido negativo do conflito solicita de imediato o afastar-se dele ou percebê-lo como impedimento às relações, quando é exatamente o contrário. Desse modo, busca-se de algum modo, neutralizar ao máximo as relações e, uma das formas de promover o afastamento relativo do conflito é a alteridade mediada pelo aspecto cosmético.

A palavra alteridade, muito embora bem alardeada aos quatro quantos, ainda é um desafio no âmbito da pedagogia da cidade, como observa o professor Silvio Gallo, em seu artigo: *Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença*, se é verdade que o processo educativo é um empreendimento necessariamente coletivo, ou seja, aprendemos com-o-outro, através dos encontros das singularidades que nos uni, a cidade, como território ampliado onde os afetos e os desafetos se encontram, é uma *lócus* privilegiado do processo educativo. Sejam eles encontros “tristes” ou “alegres”, ele nos diz algo sobre nós e sobre a nossa relação com as diversas singularidade que encontramos à deriva pelas ruas. Nesse sentido, o Outro do nosso encontro passa a ser uma importante fonte de reflexão.

Conceitualmente alteridade é compreendida como interação e interdependência dos seres existentes, divorciando-se da perspectiva de perceber o Outro como representação, e vendo o Outro como si mesmo, diferente, difuso e por que não, desconcertante, porém necessário. A reflexão de Gallo sobre o Outro como representação coaduna com de alteridade cosmética trabalhada por Nogueira (2013), uma vez que,

Isto significa dizer que penso, tematizo, concebo o outro sempre na interioridade de meu ser, na interioridade de meu pensamento. O outro é um conceito, um efeito do pensamento. O outro de que falo é uma representação; isto é, não tematizo o outro enquanto outro, alteridade absoluta, mas o tematizo como um efeito de meu próprio pensamento. (GALLO, p. 2)

Nogueira (2013), trabalha com essa reflexão, fazendo somar á alteridade o conceito de cosmético, e nos convida a pensar sobre o não reconhecimento do Outro, em sua singularidade, nas definições geográficas urbanas marcada pela segregação objetivada em cercas e muros, e mais que isso, os muros subjetivos a partir dos quais, o Outro que desestabiliza pode ser controlado. A palavra cosmético é derivada do grego *kosmetikós*, habilidade em adornar, mas também tem o *kósmos*: ordem, organização, beleza, harmonia.

A alteridade cosmética consistiria nas relações mediadas pelo controle que busca uma determinada ordem, ou melhor, que transforma a suposta desordem da espontaneidade da cidade em algo extremamente ofensivo. No ambiente controlado, a exemplo dos enclaves, as diferenças são suspensas, assim como os riscos, as resistências e os antagonismos, desse modo,

A alteridade cosmética se apresenta na produção de territórios urbanos em que a exposição não se dá, onde não há convite à leitura da cidade, pois ela já está decifrada e não cabe nela a reinvenção da escrita que toda leitura, necessariamente, comporta. Não cabe invenção, troca, significação. Essa dimensão cosmética serve ao encobrimento das marcas, refere-se à elisão das diferenças, do risco, da resistência, dos antagonismos. (NOGUEIRA, 2013. p. 52)

Na alteridade cosmética o reconhecimento do Outro não acontece, longe disso, os diversos Outros da cidade são observados cuidadosamente com fim de monitoramento, não por acaso são estabelecidos os controles de acesso físicos e subjetivos, em larga medida, o controle dos corpos. Em cada formação territorial há uma inscrição de alteridade, na *cidade água*, compreendida como:

[...] aquela onde é difícil deixar marcas. É fluida. Feita de apagamentos e de mobilidades extremadas. Nessa cidade, os conteúdos de genuinidade são reduzidos e os vestígios da heterogeneidade característica da produção subjetiva são insistentemente apagados e quase extintos. (NOGUEIRA, 2013. p. 49).

Dada urgência de extinção das lembranças, a previsibilidade que nega o acaso das construções sociais e todos os mecanismos de controle e consensos nela inseridos, o cosmético toma conta, o ficcional. Pinturas físicas em forma de arte, cosméticos na relação, muito embora o esforço de criação de uma aura de espontaneidade, o estabelecimento dos limites é fundamental (NOGUEIRA, 2013).

Conforme já observado, a ideia de ordem, através do *kósmos*, encontra-se presente, se por um lado a alteridade cosmética cria esse universo ficcional de falsa aceitação e controle, a busca pela ordem torna-se inevitável, nesse sentido, enquanto o acaso do encontro é companheiro de uma possível desordem, a previsão dos encontros é companheiro da ordem. Contudo, como observado por Sarlo (*apud* NOGUEIRA, 2013), a cidade é território aberto, e por isso mesmo disponível às diversas vivências, guarda em si um potencial diabólico da desordem, assim,

A desordem, característica, para muitos, tão evidente de nossos movimentos no tecido urbano, do próprio movimento das cidades ao longo da história, vem sendo vivida como indesejável. Contra ela vem sendo desenvolvido um mundo de tecnologias de controle e previsibilidade vigilantes. (NOGUEIRA, 2013. p. 54)

Não por acaso observa-se uma crescente procura por lugares previsíveis e vigiados a exemplos dos shoppings e sua estrutura sem memória, não no desejo de substituir por completo a cidade, mas se produz uma cidadela revista, selecionada e ampliada que comporte usos e serviços que garantam o conforto, e para deixar de

lado, garantam o consumo. Como destaca Nogueira (2013), ruas, praças e quarteirões inteiros desaparecem na poeira pálida das novas construções, sem esquinas e praças, rentam lojas, calçadas cimentadas e sorrisos cosméticos pelo corredores de encontros rápidos.

O conceito de simulacro de Jean Baudrillard é trazido pela autora e é de fundamental importância para compreensão dessa emergência pela simulação, esse engano que satisfaz. Em seu livro, *simulacros e simulações*, o autor distingue entre dissimular, simular e fingir. Dissimular seria fingir não ter o que se tem, enquanto que simular é fingir ter o que não se tem, ou seja, cria-se uma fantasia e a transformar em crença convencendo-se de ter o que verdadeiramente não se tem. Fingir por sua vez seria algo mais simples, posto que consegue manter a distância entre o verdadeiro e o falso convencendo apenas os outros desse universo criado.

Tendo como exemplo uma doença, de um lado seria possível fingir e convencer os outros de que estamos adoecidos, e por outro poderíamos simular de tal forma que verdadeiramente sentiríamos a doença, nesse sentido, o falso e o verdadeiro entram em confusão. A simulação traz uma problemática psicológica bem complexa onde o falso e o verdadeiro se dissolve no imaginário criado, e com isso, criam-se hiper-realidades cuja distinção entre realidade e fantasia não é possível de ser feita. Pergunta Nogueira (2013, p. 56): “Na cidade contemporânea estamos imersos no reino do simulacro?”, a resposta dela é de que não há nada de novo da produção das simulações posto que faz parte da esfera imaginária do “Não ser afetado: morar, trabalhar, consumir sem estabelecer contato com a cidade. Fazer, do shopping, a rua. Obrigar a rua a ceder à estética do shopping”. Fabricam-se modos de vida, a exemplo do Admirável Mundo Novo do Aldous Huxley (1932), 1984 do George Orwell, e Alphaville de Jean-Luc Godard, 1965, todos citados como exemplo pela Maria Luísa Nogueira (2013).

Assim como pode ser observado no filme *La Zona*, já citado por nós, o cercamento, o controle, assim como as torres dos grandes empreendimentos imobiliários espalhados pelo mundo, colocam uma ideia de enfrentamento que se assemelha à preparação para uma guerra. As torres ajudam a olhar sem ser visto, os vidros escuros, da mesma forma. Nogueira é enfática ao colocar que,



Uma torre deve ser alta, fortificada. Se há de fato uma verticalidade considerável, pensando na escala da cidade, talvez o preponderante no uso desta denominação seja a dimensão simbólica que sustenta o léxico: lugar protegido, fortificado, enclausurado, pronto para o combate. Na disposição para a guerra está implícita a competição e a morte, aniquilação que pode ser produzida pelas torres de hoje, de modo menos direta que aquelas presentes nas fortificações feudais, mas que não é de modo algum desprezível. (NOGUEIRA, 2013. p. 60)

Diversas podem ser as formas de materialização (torres, muros e shoppings), a preocupação é colocada no estilo de vida almejado, aquele cujas referências estão alicerçadas na ordem, consenso, evitamento do Outro, além do próprio aprofundamento das distinções estabelecidas não só entre classes sociais, mas também a partir de outras categorias que historicamente serviram como elemento segregador. Com isso, observa-se a contraditória propaganda dos bairros e cidades “únicas” quando na verdade, o estilo de vida e a estética desses lugares são homogêneas. Buscando a distinção encontra-se a homogeneização, nada de raridades, mas espaços iguais, como realça Nogueira, “Nada mais igual que shoppings. Quer ser inédito, mas é sempre uma reedição” (2013. p. 61).

São espaços e um modo de vida que pode ser encontrado em *qualquer lugar*, posto que são lugares deslocáveis, por não serem produzidos espontaneamente, contradizendo o próprio sentido de lugar, aquele que deveria ser apropriado e preenchido de sentidos, significados, memórias e pertencimento. Com esses argumentos não se pretende demonizar esses estilos de vida, apenas destacar os riscos colocados no que afeta diretamente os possíveis vínculos, e principalmente a experiência do contrário e do contraditório que produz a política, e por isso mesmo é pedagógico, sendo o contrário também verdadeiro. Por isso, concordando com Nogueira, afirma-se que,

Não se trata, portanto, de demonizar esse determinado modo de vida, pois, afinal, ele não existe desvinculado da sociedade como um todo, dos modos de vida possíveis. É apenas uma questão de escala. [...] Aquele que faz, efetivamente, essa opção de vida responde ao imaginário construído por todos e atualizado pela reprodução privatizada do espaço. Todos nós contribuimos em maior ou menor medida à existência de espaços-tempos de segregação, não apenas por estarmos, muitas vezes, na posição de impossibilitados de obtê-los, o que é a essência de sua valorização: nossa impossibilidade é o que os torna tão desejáveis. Deste modo, cabe lembrar que algumas condições socioespaciais foram necessárias para essa opção nascer como arranjo urbano. Elas estão presentes na cidade como um todo. A condição de possibilidade deste arranjo foi fundada em gestos e signos

que dizem respeito à nossa relação com o mundo, com as formas de produzi-lo e olhá-lo. Há uma sintonia entre os processos de produção do espaço e a produção subjetiva. (NOGUEIRA, 2013. p. 63)

Assim, observa-se que o debate sobre os enclaves urbanos longe de ser uma assunto esgotado, deve ser observado como algo que ainda pode gerar outras complexidades no espaço urbano, por se tratar de materialização de dilemas históricos existências: busca pela distinção, autoafirmação, negação da diferença e estabelecimento de desigualdades. Estão apenas relativamente separados dos outros lugares da cidade, uma vez que é importante observar quer o isolamento total é impossível aos lugares criados, às subjetividades, aos corpos, muito embora desejado. E esse é o ponto fundamental, o desejo do evitamento é algo que pode produzir, apesar de querer fugir dos conflitos, tantas outras pequenas guerras cotidianas.

## **Considerações finais**

Como foi possível observar nesse breve percurso, muito embora o tema dos enclaves urbanos seja um velho conhecido dos processos de apropriação do espaço urbano, a necessidade de problematizar essa questão é atemporal, tendo em vista o processo de subjetivação predominante no modo de produção capitalista. É pertinente observar que a problemática caminha de uma expressão materializada pelos muros e cercas à relações de distanciamento, evitamento entre os diversos Outros da cidade.

De um lado a sensação de previsibilidade que encontramos nos contratos tácitos e explícitos das cidadelas, bairros e condomínios, do outro, a cidade que acontece espontaneamente, que não pode ser apartada em sua totalidade, e para alguns, a representação do risco e da desordem. Isso significa dizer que existe uma tensão entre o modo de vida proposto dentro da lógica dos enclaves e a vida inevitavelmente conflitante dos encontros na cidade.

Ao observar o espaço urbano como mercadoria, alguns aspectos da territorialidade são esvaziados, a exemplo da memória, relação de sensibilidade com o espaço, assim como a afetividade. Ganha sentido a crescente relação pelo valor de uso, o estabelecimento de diversas formas de distinção e hierarquização. Nesse sentido, longe de ser uma solução, os enclaves urbanos são um problema, posto que se trata de mais uma importante escala de segregação socioespacial.

Outra observação colocada ao longo da monografia, é que as relações de poder tem sua forte expressão na apropriação e uso do território, seja nas escalas mais globais, a exemplo das fronteiras, seja nas escalas locais de definição de centro x periferia, cidade x subúrbio, e nas, que poderíamos chamar de, microescalas, a exemplo das oposições entre bairros e configurações socioespaciais outras, a exemplo dos enclaves. Essa relação é historicamente explicada, contudo, não pode ser naturalizada, é pertinente reforçar uma leitura crítica que busque problematizar e atualizar as discussões.

Em tempos de evitamento, a relação entre o eu e o Outro é mediada por outros elementos de controle, o que seria uma alteridade cosmética, marcada pela relação parcial, um universo ficcional de falsa aceitação, ou de aceitação relativa. Desse modo, em qualquer parte, a perspectiva dos cercamentos nos provoca a pensar sobre quais caminhos seguem as trilhas do existir *com-o-outro* na cidade.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *Efeitos do lugar*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 157-160.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. 2007. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0278/2014.1\\_Bibliografia\\_Complementar\\_Geral/Texto\\_02.pdf](http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0278/2014.1_Bibliografia_Complementar_Geral/Texto_02.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

DAGNINO, Evelina; OLIVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. (Org.). *Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p.13-91.

GALLO, Silvio. *Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença*. Artigo disponível em: <<http://www.grupodec.net.br/ebooks/GalloEuOutroOutros.pdf>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2015.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. *Espaço e subjetividade na cidade privatizada*. 2013. 251 p. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013.

PECHMAN, Robert. Quando Hannah Arendt vai à cidade e se encontra com Rubem Fonseca: ou da cidade, da violência e da polícia. In: KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

PIRES ADVOGADOS & CONSULTORES. *Relatório de impacto ambiental (Rima) do projeto Cidade da Copa*. Recife, dez 2012. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/RIMA-cidade-da-copa.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

RIBEIRO, Gabriela. *Segurança será um dos pilares da primeira “cidade inteligente” da América Latina*. 2012. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/9850/CIDADE+DA+COPA+TERA+TECNOLOGIAS+PARA+USO+PLANEJADO+E+EFICIENTE.html>>. Acesso em: 2 maio 2014.

SÃO LOURENÇO DA MATA (PE). Lei n.º 2.341/2011, de 12 de maio de 2011. Modifica dispositivos do Plano Diretor do Município de São Lourenço da Mata, Lei

Municipal n.º 2.159, de 10 de outubro de 2006 e dá outras providências. *Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco*, 16 set. 2011, n. 0410. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amupe/materia/251763>>. Acesso em: 18 set. 2014.

SANTOS-SILVA, Kelly; ALVES, Mércia. *Os impactos da Copa nas condições de vida das mulheres em Pernambuco*. (Levantamento). SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia, 2014. Disponível em: <<https://comitepopularpe.wordpress.com/2014/12/22/os-impactos-da-copa-nas-condicoes-de-vida-das-mulheres-em-pernambuco/>>. Acessado em: 10 de fevereiro de 2015.

SOUZA, Marcelo L. de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 75-103.

LA ZONA. Dirección: Rodrigo Plá. Producción: Álvaro Longoria; Pilar Benito; Rafael Cuervo y Ricardo Fernández-Deu. Intérpretes: Daniel Giménez Cacho, Maribel Verdú; Alan Chávez e Daniel Tovar. Ciudad de México, 2007. 1 bobina cinematográfica (97 min), son., color., 35 mm.

Ilha Pura - "Barra da Tijuca, Cidade Sustentável". Vídeo de divulgação do empreendimento. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=OYU\\_02gHmsI](https://www.youtube.com/watch?v=OYU_02gHmsI)>. Acessado em 10 de fevereiro de 2015.